CORREIO ECONÔMICO

JUCA VARELLA/AGÊNCIA BRASIL

Correção pode ser feita sem precisar ir a uma unidade do Fisco

Receita envia cartas a 498 mil que estão na malha fina até o dia 20

Os contribuintes que tiveram a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) 2026 retida na malha fina começaram a ser avisados pelo Fisco. A Receita Federal está encaminhando os avisos em lotes semanais até o dia 20 de outubro, para estimular a regularização voluntária antes de uma eventual intimação ou notificação. Quem identificar algum erro na declaração pode fazer a correção por meio de uma declaração retificadora, sem precisar comparecer a uma unidade da Receita. A regularização antecipada reduz o risco de multas e de atraso no pagamento da restituição.

COMO CONSULTAR

O contribuinte pode verificar a situação da declaração pelo serviço Meu Imposto de Renda, disponível no site da Receita Federal e no aplicativo do órgão para celulares.

13,2 mil sites de bets ilegais são bloqueados

O governo federal informou na terça-feira (6) que já pediu o bloqueio de 13.241 sites ilegais de apostas desde 25 de setembro. No mesmo período, também foram solicitadas remoções de milhares de páginas e perfis em redes sociais. No primeiro dia após o encerramento oficial do ar dos sites das bets, R$ 1,325 bilhão ainda aguardam devolução a cerca de 26,5 milhões de apostadores. Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, a ofensiva representa uma mudança no fluxo de dinheiro das famílias.

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

Apostadores ainda tem R$ 1,3 bilhão a serem devolvidos

Bets informam sobre R$ 1,3 bi a devolver

As empresas de apostas on-line autorizadas a operar no Brasil começam nesta quarta-feira (7) a informar aos bancos os saldos que ainda estão nas contas dos apostadores. Ao todo, R$ 1,325 bilhão de cerca de 26,5 milhões de pessoas aguardam devolução após o fim das operações das bets no país. Os dados, separados por CPF e vinculados à conta bancária usada nos depósitos, deverão ser enviados pelas plataformas até quinta-feira (8). Com essas informações, as instituições financeiras terão de devolver os valores de 9 a 14 de outubro.

Valores vão para contas cadastradas

Os bancos deverão transferir os valores diretamente para as contas utilizadas pelos apostadores nas plataformas. O prazo para o saque voluntário diretamente nas plataformas terminou às 23h59 de segunda (5). Grande parte dos valores ainda não retirados está concentrada em contas com quantias muito pequenas. Segundo o governo, 86,2 milhões de contas têm saldo entre R$ 0,01 e R$ 0,99.

Produtos brasileiros I

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços divulgou, nesta terça-feira (6), os dados da Balança Comercial de setembro de 2026. Em setembro de 2026, comparado a igual mês do ano anterior, as exportações cresceram 12,9% e somaram US$ 34,42 bilhões. As importações caíram -2,4% e totalizaram US$ 26,68 bilhões.

Produtos brasileiros II

Assim, a balança comercial registrou superávit de US$ 7,74 bilhões , com crescimento de 146,4%, e a corrente de comércio aumentou 5,6%, alcançando US$ 61,10 bilhões. No acumulado entre janeiro e setembro deste ano, em comparação a igual período do ano anterior, as exportações cresceram 10,4% e somaram US$ 284,65 bilhões.

Produção de veículos I

Apesar de apresentar queda de 1,1% em relação a agosto, a produção de veículos no Brasil, que engloba automóveis, comerciais leves, ônibus e caminhões, teve um bom desempenho em setembro, com crescimento de 10,2% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Segundo a Anfavea, este foi o melhor mês de setembro desde 2014.

Produção de veículos II

No acumulado do ano, entre janeiro e setembro, a alta é de 8,7% em relação ao mesmo período do ano passado, com quase 2,2 milhões de unidades produzidas. No entanto, alerta a associação, das 173 mil unidades produzidas a mais na comparação com o ano passado, apenas 50 mil foram fabricadas totalmente no país.

Contrato com a Enel I

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) adiou julgamento sobre a suspensão do contrato de concessão com a Enel SP, para distribuição na região metropolitana de São Paulo. O assunto foi discutido em reunião pública nessa terça-feira (6) e será retomado em 60 dias, após pedido de vista de um dos diretores da Aneel.

Contrato com a Enel II

A discussão teve por relatora a diretora Agnes da Costa, que se posicionou a favor da caducidade do contrato. Segundo ela, persistiram falhas na prevenção e resolução dos problemas de distribuição, que permanecem sem resolução definitiva. A diretora expôs o voto, ancorado em extensa demonstração da suficiência das provas obtidas.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

A disputa foi organizada pela ANP, no Rio de Janeiro

Maior leilão do pré-sal termina com sete blocos arrematados

Governo vai arrecadar R$ 530 milhões em bônus de assinatura

Da **Redação**

O maior leilão de blocos de exploração e produção de petróleo e gás do chamado Polígono do Pré-Sal terminou com sete dos 13 blocos ofertados sendo arrematados. O 4º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção foi realizado na manhã desta quarta-feira (7).

A disputa organizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), na sede da instituição, no Centro do Rio de Janeiro, permitiu ao governo arrecadar R$ 530 milhões em bônus de assinatura. Se todos os blocos tivessem sido contratados, o valor somaria R$ 1,24 bilhão.

Esse foi o leilão do pré-sal com mais blocos arrematados. O anterior (3º Ciclo, em 2025), teve cinco áreas licitadas. Com o resultado, a área exploratória sob regime de partilha aumenta 58%, alcançando 39,2 mil km², o equivalente a cerca de 90% do território do estado do Rio de Janeiro (43,8 mil km²).

Havia 19 companhias habilitadas, mas apenas seis apresentaram propostas, sendo quatro estrangeiras. Não houve disputa, ou seja, em todos os sete blocos arrematados, apenas uma competidora ofereceu lance.

As maiores vencedoras foram as brasileiras Petrobras e Prio (antiga PetroRio), cada uma com dois blocos. A norueguesa Equinor também levou duas áreas, uma delas em consórcio com a portuguesa Galp.

Para explorar os blocos, todos localizados nas bacias de Santos e Campos, na costa do Sudeste, as petroleiras se comprometeram a fazer investimentos mínimos na ordem de R$ 778,4 milhões.

Assim como os bônus de assinatura, os investimentos mínimos são previstos no edital da ANP, agência reguladora do setor de óleo e gás no país, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Além de aval do MME, as áreas exploratórias levadas ao leilão receberam sinal verde também do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

No leilão do modelo de partilha, vence a empresa que oferecer à União a maior parcela de óleo excedente - a produção que sobra após pagamento dos custos. O acordo funciona como uma forma de repartição do lucro com o Estado brasileiro.

O edital prevê um valor mínimo para cada bloco. A disputa tem caráter sigiloso na apresentação das ofertas.